



Câmara dos Deputados
Gabinete **Deputada Federal Dilvanda Faro PT/PA**

Apresentação: 21/10/2025 17:18:52.613 - CMADS
PRL 2 CMADS => PL 3609/2024

PRL n.2

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PROJETO DE LEI Nº 3.609, DE 2024

Apensado: PL nº 3882/2025

Transfere para o domínio do Estado de Rondônia as terras pertencentes à União nele localizadas.

Autora: Deputada CRISTIANE LOPES

Relatora: Deputada DILVANDA FARO

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei em epígrafe propõe transferir, de forma gratuita, para o domínio do Estado de Rondônia as terras pertencentes à União nele localizadas.

A autora fundamenta sua proposta na necessidade de permitir a regularização fundiária no Estado de Rondônia, além de garantir isonomia entre os estados da Amazônia Legal, ao mencionar que transferências dessa natureza já foram feitas para os Estados de





Câmara dos Deputados
Gabinete **Deputada Federal Dilvanda Faro PT/PA**

Apresentação: 21/10/2025 17:18:52.613 - CMADS
PRL 2 CMADS => PL 3609/2024

PRL n.2

Roraima e do Amapá, por meio das Leis nº 10.304, de 2001; 11.949, de 2009; e 14.004, de 2020.

Apensado ao projeto original, tramita o PL nº 3882, de 2025, de autoria do Deputado Maurício Carvalho, que altera a Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001, para dispor sobre a transferência ao domínio do Estado de Rondônia das terras de propriedade da União localizadas em seu território.

A proposição foi distribuída às Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais; Finanças e Tributação (art. 54 RICD) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

É o relatório.

II – VOTO DA RELATORA

O projeto de lei submetido à análise desta Comissão tem como objetivo transferir, de forma gratuita, para o domínio do Estado de Rondônia as terras pertencentes à União nele localizadas.





Ao defender a medida, a autora fundamenta sua proposta na necessidade de permitir a regularização fundiária no Estado de Rondônia, além de garantir isonomia entre os estados da Amazônia Legal, ao mencionar que transferências dessa natureza já foram feitas para os Estados de Roraima e do Amapá.

A autora destaca que o Estado de Rondônia possui uma vasta extensão territorial e que grande parte de suas terras está sob domínio da União, o que limita o desenvolvimento pleno das atividades agropecuárias, ambientais e de regularização fundiária. Diante disso, defende que esse entrave pode ser solucionado ao conceder ao Estado a autonomia sobre essas terras, garantindo o fomento de atividades produtivas e sustentáveis, essenciais para o crescimento econômico regional.

Apesar da nobre intenção da iniciativa, é preciso destacar que já há um processo de diálogo e articulação entre o Governo Federal e o Governo de Rondônia para tratar da transferência de glebas públicas federais específicas.

Conforme Diagnóstico das Glebas em Rondônia¹ realizado pelo Governo Federal, o Estado possui 79 glebas públicas arrecadadas, totalizando mais de 16 milhões de hectares, das quais 65 passaram por georreferenciamento de perímetro, enquanto 14 ainda aguardam esse processo.

O Governo do Estado busca, inicialmente, a transferência de 12 glebas federais, além da arrecadação de áreas devolutas e regularização e transferência das unidades de conservação georreferenciadas pelo estado².

¹ Disponível em; <https://rondonia.ro.gov.br/wp-content/uploads/2025/02/Diagnostico-das-Glebas-em-Rondonia.pdf>
Acesso em: 02 jun. 2025.

² Conforme relatado em: <https://rondonia.ro.gov.br/governo-de-ro-trabalha-para-garantir-transferencia-de-glebas-federais-ao-estado/> Acesso em: 02 jun. 2025.





Câmara dos Deputados
Gabinete **Deputada Federal Dilvanda Faro PT/PA**

Apresentação: 21/10/2025 17:18:52.613 - CMADS
PRL 2 CMADS => PL 3609/2024

PRL n.2

Esse processo vem sendo conduzido de forma colaborativa e dialogada, com foco na regularização fundiária atrelada ao planejamento estratégico do território, que busca equilibrar as regras de uso e ocupação do solo permitindo que as atividades econômicas sejam desenvolvidas de forma sustentável, em harmonia com territórios especialmente protegidos.

Nesse sentido, ainda que o projeto de lei em exame traga em seu art. 2º uma lista de exceções à transferência das terras da União para o Estado, entendemos que a abordagem generalista da proposta pode causar um impacto relevante sobre a condução das políticas públicas em andamento.

Quanto ao projeto apensado, a redação é a mesma do projeto principal.

Eventual aprovação do projeto e de seu apenso, portanto, conflita com o conjunto de ações em andamento para o combate ao desmatamento e o reforço da governança ambiental em terras em processo de destinação, o que contraria o interesse público e representa um risco ao atingimento das metas assumidas pelo Brasil sobre a emissão de gases de efeito estufa.

Ante o exposto, **manifesto meu voto pela REJEIÇÃO do PL nº 3.609, de 2024, bem como, de seu apenso o Projeto de Lei nº 3882, de 2025.**

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputada DILVANDA FARO
Relatora

2025-7223



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258294830200>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dilvanda Faro

* C D 2 5 8 2 9 4 8 3 0 2 0 0 *